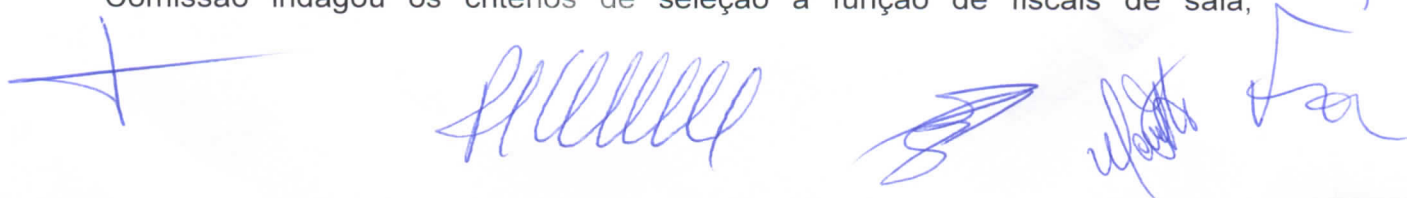


## ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11:00 h (onze horas), na sala de videoconferência do 7º andar do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Avenida Prof. Carlos Cunha, n.º 3261, Calhau, São Luís/MA, reuniram-se os membros da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão, constituída pela Resolução nº 26/2024-CSMP e alterações posteriores. Presentes, o Procurador de Justiça e Presidente da Comissão do Concurso, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a Procuradora de Justiça e Corregedora Geral do MPMA, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, o Procurador de Justiça, Dr. Marco Antônio Anchieta Guerreiro, o Advogado, Dr. Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho, representante da OAB/MA, como membros titulares, e os Promotores de Justiça, Dr. Gladston Fernandes de Araújo e Dr. Haroldo de Paiva Brito, como membros suplentes, além dos Promotores de Justiça, Dr. Herberth Costa Figueiredo e Dra. Martha Helena Costa Ribeiro, como membros auxiliares, e o Promotor de Justiça e Secretário da Comissão, Dr. Reginaldo Júnior Carvalho. Participaram, ainda, da reunião, por videoconferência, o Juiz de Direito Dr. Francisco Soares Reis Júnior, representante do TJ/MA, membro titular da Comissão de Concurso, e as representantes do INSTITUTO IAACP, Sra. Mayra Bassi, Gestora do Concurso, Sra. Ludiane Aparecida de Souza, Supervisora do Setor de Contratação, e a Sra. Lucimara Borges Zequim, Supervisora de Elaboração de Itens. Ausentes, justificadamente, os Promotores de Justiça, Dr. Gilberto Câmara França Júnior e Dr. Fernando Antônio Berniz Aragão. **PAUTA DA REUNIÃO:** 1. Apresentação dos novos membros da Comissão de Concurso; 2. Indicação das localidades para a aplicação de provas do certame. A reunião teve início com a apresentação do Procurador de Justiça e atual Presidente da Comissão, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, que, preliminarmente, registrou o pedido de cancelamento da inscrição no concurso formulado pelo candidato Bruno Sales Moraes, Assessor de Procurador de Justiça, lotado em seu gabinete, e solicitou ao INSTITUTO AACP a confirmação do cancelamento, mediante certidão expedida pela organizadora do concurso com a devida publicação. Na sequência, a representante do Instituto AACP, Mayra Bassi, informou que as aplicações das provas objetivas do concurso serão realizadas no Centro Universitário Santa Terezinha - CEST, Faculdade EDUFOR, Instituto Federal do Maranhão - IFMA e Centro Universitário UNDB, sendo que cada sala condicionará a quantidade máxima de 28(vinte e oito) candidatos. Em seguida, o Dr. Eduardo Nicolau questionou as representantes do INSTITUTO IAACP sobre a execução na fiscalização no dia da aplicação das provas e, em resposta, a Sra. Lucimara informou que em cada sala conterà 02(dois) fiscais, além dos fiscais volantes com atribuições de acompanhar os candidatos, em caso de deslocamento ao banheiro e bebedouro. Em continuidade, o Sr. Presidente da Comissão indagou os critérios de seleção à função de fiscais de sala,





oportunidade em que o INSTITUTO AOCF informou a existência de um representante local que atua na seleção e gestão de contratação dos coordenadores e fiscais com experiências. O Presidente da Comissão indagou como seriam escolhidos os fiscais e, em resposta, o INSTITUTO AOCF respondeu que a empresa possui um representante local que seleciona os coordenadores e fiscais com experiência na participação de outros concursos e que a relação nominal será encaminhada a este Ministério Público Estadual, em sede complementar. O Senhor Presidente solicitou que a referida lista seja remetida com brevidade para uma análise prévia pelo MPMA e ressaltou os cuidados quanto à proibição no uso de recursos tecnológicos pelos candidatos, assim como pontuou a necessidade de serem fiscalizados todos os candidatos que adentrarão nas salas, um por um. A Senhora Mayra mencionou que haverá a devida fiscalização e guarda dos pertences pessoais de cada candidato, além do uso de detectores de metais durante a vistoria. O Procurador de Justiça, Dr. Marco Antônio Guerreiro, ressaltou a possibilidade de se colocar Promotores de Justiça como Membros Titulares na Comissão de Concurso e perguntou se há alguma sala sobressalente, em caso de imprevisto, e, em resposta, a representante do INSTITUTO AOCF informou que foram realizados contratos com cada local de aplicação das provas, com existência de salas extras para casos de eventuais remanejamentos. O Promotor de Justiça, Dr. Haroldo de Paiva Brito, questionou acerca da existência de equipe médica em cada local de aplicação da prova e, em resposta, a Sra. Mayra Bassi afirmou que em cada local haverá uma enfermeira, assim como a disponibilidade de ambulância por área. Ainda, sobre os serviços médicos, a Promotora de Justiça, Dra. Martha Helena Costa Ribeiro, questionou se o quantitativo de funcionários disponíveis, na área da saúde, será suficiente para suprir a necessidade. Em retorno, a representante do AOCF informou que a atribuição da enfermeira será a realização dos primeiros socorros, em caso de necessidade, e, caso necessário, será acionada a ambulância para direcionar o candidato à unidade de saúde, uma vez que não há previsão contratual para a disponibilidade de médicos e concessão de medicamentos. Em continuidade, o Promotor de Justiça e Coordenador do CAOP-Saúde, Dr. Herberth Costa Figueiredo, mencionou que os protocolos exigem um profissional de enfermagem na porta de entrada do estabelecimento, para as emergências, e a ambulância de plantão deverá contar com profissional da área médica. Em seguida, o Advogado, Dr. Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho, representante da OAB/MA, questionou aspectos sobre a segurança física dos candidatos. Em resposta, a representante do INSTITUTO AOCF informou que foi remetido ofício às autoridades da Polícia Militar, o qual solicitou sobreaviso. Para fins de registros e providências, a Procuradora de Justiça e Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, e o Promotor de Justiça, Dr. Haroldo de Paiva Brito, informaram a impossibilidade de continuarem como membros da comissão do concurso, tendo em vista a incidência de casos de vedações previstas na Resolução-CSMP n.º 26/2024. Em seguida, o Promotor de Justiça e Secretário, Dr. Reginaldo Júnior Carvalho falou sobre a necessidade de deliberação da sistemática dos possíveis recursos que serão analisados pelo INSTITUTO

AOCP e encaminhados para julgamento pelos membros da Comissão de Concurso. Devido à complexidade do debate sobre a tramitação dos recursos, ficou acordado que devida a temática seria discutida em outra data. Ao fim e ao cabo da reunião, após as discussões levadas a efeito, deliberou-se o seguinte: 1. O INSTITUTO AOCP providenciará, na mesma data desta reunião, a remessa de expediente a este Ministério Público Estadual que ateste e registre o cancelamento da inscrição do candidato Bruno Sales Moraes; 2. O INSTITUTO AOCP remeterá com brevidade a relação nominal dos coordenadores e fiscais que atuarão no dia da aplicação das provas do certame; 3. O Membros da Comissão que estiverem impossibilitados de continuar na comissão de concurso deverão formalizar os pedidos endereçados ao Presidente da Comissão do Concurso. 4. Deverão ser encaminhadas aos novos membros da comissão cópias de editais e anexos relacionados ao concurso. 5. Será designada nova data para reunião, para fins de discussão sobre a sistemática na distribuição e tramitação dos possíveis recursos que serão interpostos pelos candidatos. Assim, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de encaminhada, lida e aprovada, vai assinada por todos os membros da Comissão e por mim, Dr. Reginaldo Júnior Carvalho, Promotor de Justiça, membro auxiliar e Secretário da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, que a digitei.

São Luís/MA, data do sistema

  
**Dr. EDUARDO HILUY JORGE NICOLAU**

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

  
**Dra. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS**

Procuradora de Justiça


Membro Titular

  
**Dr. MARCO ANTONIO ANCHIETA GUERREIRO**

Procurador de Justiça

Membro Titular





**Dr. PEDRO EDUARDO RIBEIRO DE CARVALHO**

Advogado / Representante da OAB-MA

Membro Titular



**Dr. FRANCISCO SOARES REIS JÚNIOR**

Juiz de Direito/Representante do TJ/MA

Membro Titular



**Dr. HAROLDO DE PAIVA BRITO**

Promotor de Justiça

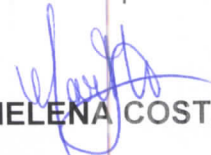
Membro Suplente



**Dr. GLADSTON FERNANDES DE ARAÚJO**

Promotor de Justiça

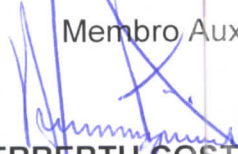
Membro Suplente



**Dra. MARTA HELENA COSTA RIBEIRO**

Promotora de Justiça

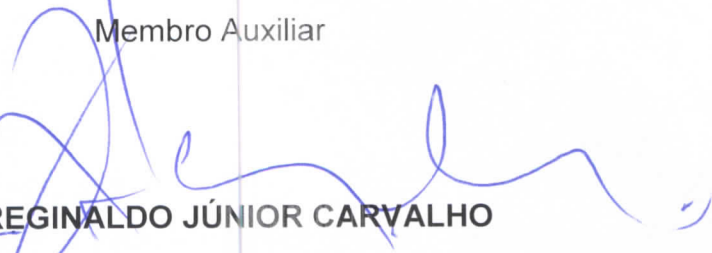
Membro Auxiliar



**Dr. HERBERT COSTA FIGEIREDO**

Promotor de Justiça

Membro Auxiliar



**Dr. REGINALDO JÚNIOR CARVALHO**

Promotor de Justiça

Membro Auxiliar e Secretário da Comissão